

DISCURSO, ANÁLISE DE DISCURSO E MEMÓRIA¹

NILSON A. MORAES²

“tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um anunciador, não pertence só a ele. Em todo o discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala”.

Bakhtin, M., “*Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance*”

“Ao tratar poder-resistências como um duplo indissociável a partir dos pontos de resistências, invertendo metodologicamente a estrutura das teorias que partem do poder, instala no campo do saber uma forma de construção tática em que discursos de poder são ou podem vir a ser discursos de resistências, num incessante jogo de ausência de lugares, instabilidades, incertezas e liberações”

Passetti, E., “*Foucault Libertário*”

Este artigo enfatiza o debate sobre o discurso, análise do discurso e memória. A análise do discurso (AD), utilizada e discutida com maior ênfase, em diversos campos das Ciências Sociais, a partir ? principalmente? da segunda metade dos anos 60, não constitui um campo do conhecimento claramente delimitado e configurado. Ao contrário, a AD refere-se a um conjunto de procedimentos analíticos que envolvem diferentes saberes e práticas do conhecimento.

A palavra discurso remete à fala, à capacidade de verbalização, de explicitação verbal, mas não possui como referência exclusiva a retórica³. A AD não é uma preocupação intelectual recente, inscreve-se na tradição da "reflexão sobre o pensamento". Existe enquanto uma tradição intelectual do pensamento filosófico grego, remontando à sofística⁴.

A AD, ao longo das três últimas décadas, constituiu um elenco de complexos procedimentos analíticos, e alguns autores preferem atribuir-lhe um espaço intelectual

¹Este texto sintetiza preocupações e debates da pesquisa “Saúde no Brasil: 1984-1988 - Políticas e Discursos”

²Dr. Ciências Sociais, Professor Adjunto da Universidade do Rio de Janeiro

³do latim *discursu*, “ação de correr por várias partes, para cá e para lá”. Segundo J. Mattoso Câmara Jr., discurso é “a atividade lingüística nos múltiplos e infundáveis ocorrências da vida do indivíduo”

⁴Guilhon de Albuquerque, J.A., “Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Análise do Discurso”, in *Análise do Discurso Político: Abordagens*, Rodrigues, L.F., [et alii], São Paulo, EDUC, Coleção Eventos, 1993.

semelhante à psicanálise e à etnologia. Uma disciplina fronteira ou limítrofe entre várias das chamadas Ciências Humanas e Sociais.

Utilizando a AD, buscamos a dinâmica interna do pensamento e seus efeitos sociais de conhecimento e convencimento, importante na arquitetura da produção de verdade, na estratégia discursiva de enunciação reconhecida como verdadeira. Desta forma, cabe estabelecer ou reconhecer o contexto de enunciação em que o discurso se realiza. Portanto, deve-se recorrer à AD no esforço de compreender, além do cenário lingüístico e cultural, os interesses, estratégias e tecnologias em luta.

Nos anos 90, a AD centra a sua preocupação no “receptor”, naquele que recebe e decodifica um signo, e para quem é organizada ou codificada uma mensagem. Nossa preocupação, volta-se para o “emissor”. É, portanto, preocupação herdada de uma tradição intelectual que desenvolvia a análise dos conteúdos ou a descrição taxionômica de textos ou discursos escritos ou falados, e dos efeitos de convencimento ou de produção de conhecimento.

ANÁLISE DO DISCURSO E DISCURSOS EM ANÁLISE

AD não quer dizer apenas uma forma de leitura de um texto; que decodificar, superar (analiticamente) um código, desvendar ou atribuir sentidos e valores cognitivos. Observa o discurso como forma de "representação" constitui uma controvérsia entre filósofos e semioticistas.

O conceito de representação, desde a Idade Média, com Tomás de Aquino até Rosemberg, apresenta-se como sinônimo de signo⁵, função sígnica. Na maior parte das vezes, a representação caracteriza uma função sígnica ou um processo de utilização

⁵Não estamos interessados no debate sobre o que se entende por “veículo do signo”, e antes, ainda, o que se compreende por “signo” (“união de um significado e um significante”.Cf. Roland Barthes, *Elementos de Semiologia*).

sígnica. Nöth (1995)⁶ acredita que "seu âmbito conceptual se estende da semiose até a relação objetiva ou até a função referencial sígnica".

Preocupamo-nos com a representação como uma relação. Estudamos a relação existente entre o interpretante e o objeto; pensamos representação como relação objetiva, tensa e contraditória⁷. Observamos a relação referencial, que une um veículo do signo a um aspecto da sua totalidade, e a relação representativa, que articula e representa o constructo conceitual a um aspecto determinado da totalidade.

A representação, para além da função comunicativa (falante), constitui a mediação de pensamentos e discursos entre relações e intencões (Derrida, 1967, p. 53). Ao contrário do signo (campo ontológico), a representação, no campo semiótico, relaciona-se e refere-se tanto ao objeto da representação como a si mesma (Scheerer, 1992, p. 79). A representação só é possível, considerando o aspecto conhecido previamente, consciente e objeto de relações objetivas: representação imagética e a imposição do verbo (semiologia e lingüística).

Foucault (1966)⁸ demonstra que a crença no caráter ou possibilidade copiados do signo havia sido perdido desde a Idade Média: "no limiar da era clássica, o signo deixa de ser uma figura do mundo e deixa de estar ligado àquilo que ele marca pelas linhas sólidas e secretas da semelhança ou afinidade" (p. 72). Para Foucault, havia um fundamento na razão lógica, e a modernidade derrotou este sistema de representação, impondo uma nova razão; a razão do julgamento. Esta mudança fez a representação lingüística ser comum para todas as falas, ordens científicas e culturais, produzindo uma nova tecnologia de subordinação e de produção de verdade: a razão lingüística na determinação da ordem das coisas, na produção de uma nova hierarquia e uma forma de regulação social e de compreensão das relações.

⁶Nöth, Winfried., "Signo, Representação e Representação mental", São Paulo, USP/IEA, Coleção Documentos, Série Ciência Cognitiva, n. 21.p.17

⁷Este ponto é polêmico, porque no "significado" como um dos elementos do signo, pode perfeitamente incluir-se o "conteúdo" como subjetivo. Na verdade, sendo "tensa e contraditória" a relação é, também, subjetiva.

⁸Foucault, M., "Le Mots et les Choses", Paris: Gallimard, 1966.

A razão e suas representações são, para Foucault, substituídas pelas "regularidades históricas". Descartes é abandonado; o mundo classificatório cede lugar à pesquisa da evolução e da historicidade das coisas⁹. Foucault aponta para o fato de que os pontos de referência e valorização do signo não se encontram no interior dos signos, mas no seu exterior. A linguagem, portanto, não mais integra ou explica o mundo, mas se encontra dissociada da representação, produzindo o "desaparecimento do discurso" e a dissociação entre a linguagem (a palavra) e a representação. A palavra, portanto, para Foucault, fala e, conseqüentemente, o discurso também está composto e presente em si mesmo. Uma se faz, também, na outra.

Semiólogos e semanticistas de formação marxista inscrevem-se na tradição que apresenta as idéias como cópias de uma realidade ou forma de apreensão do mundo. Estes autores compreendem que a imagem mental, a linguagem ou formas de representação do mundo constituem ícones da realidade. Constituem-se como cópias da realidade objetiva, processo de construção ideal de uma realidade objetiva.

Este modelo analítico articula, mecânica e dependentemente, as relações entre linguagem e representação. O conhecimento produzido desta reprodução de cópias do real transforma as palavras em cadeias de sons, emitidos numa cadeia ou existentes numa comunidade lingüística, ligados e dependentes de um eixo único de significados restritos, correspondendo a um único fato.

Palavra ou discurso produzem aspectos e efeitos cognitivos diversos. Palavras, discursos e representações traduzem formas de apresentação e enunciação, freqüentemente imprecisas, que pretendem produzir ou apresentar estratégicas mudanças relacionais, substituindo as existentes ou predominantes. Operando representações, pretendem produzir poder, fundamentando relações sociais e técnicas.

⁹Admitindo que o pensamento moderno emerge do deslocamento do ser para a consciência, do exterior para o interior do homem, o "cogito ergo sum" constitui o fundamento da produção da percepção de si, permitindo que o real, ou uma de suas formas, possa ser apreendido/representado pela consciência que realiza operações seletivas, classificatórias e identificadoras das coisas.

Contra esta perspectiva é que Hegel se insurge. Hegel nega o imobilismo e propõe a contradição, como forma de apreensão do real, oferecendo o sentido de processo, portanto de História, que permite a revelação das tensões e do plural presentes no real.

Entretanto, com Pecheax, verifica-se a destruição de uma ilusão, a ilusão da unidade do discurso. Consta-se que um texto reúne diversas “formações discursivas”, e que o sujeito apresenta-se em vários papéis, segundo a posição que ocupa.

O discurso é significativo, quando decodificado, esclarece o significado e relações com outros conjuntos de enunciados e articulações com instituições e esferas do social. Explicitar o conteúdo e o sentido de um texto ou de uma fala, discurso oral, facilita a recuperação da informação e a compreensão da conjuntura.

A análise do discurso é uma "disciplina", em que a característica do objeto exige uma preocupação constante com questões colocadas por especialistas de outras áreas do conhecimento, em particular pelos lingüistas. Isto é, trata-se de um processo de conhecimento necessariamente interdisciplinar.

A análise do discurso, além de se mostrar incapaz de fechar-se em fronteiras rígidas em sua metodologia de produção, mostra-se extremamente imprecisa quanto ao objeto e as possibilidades do seu desbravamento. O seu estatuto científico permite compreendê-la, como Foucault, em "lugar de crítica", uma *epistémep* própria.

Nos anos 70, Luz (1979)¹⁰ e Albuquerque (1980)¹¹, efetuaram e repensaram — numa releitura de Lapassade, Foucault, Eco, Saussure, etc.— algumas armadilhas metodológicas e teóricas que a análise do discurso permitiam produzir. Naquele momento, foi demonstrado que o discurso constituía uma ordem lingüística e sócio-histórica datada, isto é, apresentava uma dinâmica interna e produzia conhecimento, e convencimento, portanto, poder social.

Os estudos que se seguiram demonstram a importância das representações discursivas —nas formas de linguagem escrita, falada ou imagética—, permitindo uma complexa relação entre o emissor do discurso e o discurso. A superação desta relação —

¹⁰Luz, M.T., “Instituições Médicas e Hegemonia Política no Brasil: 1960-1974”, Rio de Janeiro, Graal Editora, 1979.

¹¹Guilhon de Albuquerque, J.A.,

emissor/discurso — conferiu ao discurso uma nova condição, transformando-se em representação de uma realidade.

A AD é um instrumental teórico e metodológico interdisciplinar, capaz de permitir a compreensão dos diferentes atores históricos e de seus projetos. O discurso demonstra a existência de uma propriedade lingüística e a convivência e diversidade de suas manifestações. Esta propriedade lingüística constitui, na perspectiva de Bakhtin¹², o dialogismo, isto é, as palavras de um falante ou de um texto estão perpassadas pela perspectiva do outro, e de sua fala.

O discurso, urdido como “artefato social”, que se elabora e reelabora na relação com o outro, constitui um processo coletivo. O discurso produz um defrontar-se entre os diferentes indivíduos, atores e vozes sociais. É, a um só tempo, o reconhecimento de outras vozes, de outros “sujeitos discursivos”, construindo tensões. Um discurso existe em relação a outro, discurso oponente que generaliza e desqualifica o outro, buscando excluí-lo, submetê-lo ou subordiná-lo.

A ordem discursiva nomeia a realidade, relações, interesses e estratégias em luta, não constitui esforços ou atitudes individuais e isoladas, mas contrapõe-se a outros discursos, interesses e projetos, constituindo “teias” discursivas e demonstrando a pluralidade do real, a heterogeneidade e capacidade ou possibilidade de transformações ao longo do tempo. O discurso permite uma representação, mas não retrata uma realidade, embora, muitas vezes, seja esta a sua intenção. Ele interpreta, numa correlação de forças sociais, uma realidade. Como objeto lingüístico e sócio-histórico, constitui-se em um referencial, e enquanto modo de construção discursiva, permite diferentes formas de apreensão e efeitos sociais. O discurso compreende palavras e frases articuladas(famílias), elaborações que produzem sentidos, sentidos que expressam momentos e uma lógica relacional socializada.

DISCURSO - DISCURSOS - SENTIDOS

O discurso representa, sem que, entretanto, possa abarcar ou retratar a realidade ou as relações a que está se referindo, constatamos a necessidade de compreender as formas em que estes discursos são produzidos e seus impactos numa conjuntura de diferentes tensões. Seu objetivo não é a decodificação dos diferentes discursos sobre o real, a compreensão dos códigos lingüísticos, não busca o isolamento e análise de conceitos mediante freqüência ou ocorrências semânticas. O discurso não é único, e produz uma luta entre campos sintático-semânticos e sócio-históricos diversos.

O discurso não constitui um conjunto de signos; é uma trajetória ou uma ordem gramatical, que se coloca em relação a outros discursos, e, também, a outros fatores extralingüísticos, externos e independentes da sua lógica constituidora. A AD deve considerar o contexto em que se constitui. O discurso é, portanto, um conjunto de procedimentos enunciativos que possui um sentido e um objetivo conhecidos.¹³

O conhecimento e o reconhecimento dos signos que compõem um discurso é a condição inicial do diálogo entre os discursos; é o pressuposto de regras sociais, uma legitimação entre os discursos num dado momento histórico.

Discurso significa um conjunto de enunciados que apresentam unidade lógica mínima capaz de se opor a outro discurso temático e cronológico, isto é, a um outro conjunto enunciativo que se articula numa unidade temática. Os discursos, desta forma, produzem "disciplinas" —no sentido foucaultiano— e formam-se tanto pela enunciação, como pela observação que regula e disciplina verdades reconhecidas ou admitidas em face deste conjunto de enunciados.

Nas Ciências Sociais, utiliza-se campos ou linguagens próprias, através de complexos sistemas simbólicos ou referências que dizem respeito ou restringem-se local

¹²Bakhtin, M., "El problema de los géneros discursivos", in *Estética de la creación verbal*, México, Siglo Veintiuno, 1989.

¹³Fiorin, J.L.(Org), "Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade", São Paulo, Edusp, 1994

e institucionalmente, sem que eles sejam precedidos de procedimentos epistemológicos de validação, ao contrário.

A descrição ou recuperação do sentido e do conteúdo do discurso ou enunciado formulado por atores sociais em luta, para nosso trabalho a montagem do discurso assume papel estratégico, e a análise apresenta a possibilidade de uma adequada recuperação tanto da informação, como do processo¹⁴.

É subjacente ao trabalho do cientista social, preocupado com o discurso, a busca lógica de elementos indiciadores de um sistema simbólico constituidor de referências ou relações sociais, nem tanto pelo controle do vocabulário, mas pelos interesses e estratégias que configuram.

O discurso relaciona o enunciado a um conjunto de signos e contextos. O enunciado é apresentado e interpretado, considerando um contexto que regula estas relações, possui uma referência espacial e cronológica, e se relaciona ou se confronta com outros conjuntos enunciativos. O discurso é uma construção histórica que admite diferenciações internas e percepções diferenciadas.

Enunciado temático datado e localizado no espaço-tempo, o discurso não é transparente e exato em sua manifestação. Há lutas através dos discursos e há luta entre os discursos. Existe uma busca de construção de hegemonia discursiva e de construção de hegemonia pelo discurso.

Discurso que lingüistas e semiólogos demonstram tratar de diferentes formas de construção e objetivos. Buscando em Bakhtin e Benveniste¹⁵ a construção do discurso, observa-se que o discurso referido ou reportado inclui outros discursos. Todo discurso pretende falar “de fora” dos interesses, como um recurso neutro e atemporal.

¹⁴Cunha, Isabel Maria Ribeiro Ferin, “Do Mito à Análise Documentária”, São Paulo, EDUSP, 1991.

¹⁵Benveniste, E., Problemas de Lingüística Geral, São Paulo: Nacional/Edusp, 1976

Paulillo (1993)¹⁶ afirma que o discurso —referido— recobre a discursividade humana, e que "a fala é essencialmente não um ato de um sujeito isolado que nomeia o real, mas réplica, fala a partir de outras falas, fala que se põe como complemento ou contraste em relação a outras falas" (pág.25). Portanto, o discurso é atravessado e constituído por uma multiplicidade de falas; vozes que falam ou discursam aparentemente sobre um mesmo objeto, com um suposto único objetivo.

Enunciados que, segundo Benveniste, constituem "referência". O tema transformado em objeto de discurso, uma construção lingüística e de significantes faz do espaço e do tempo planos de enunciação que expressam "um centro de referência interna" (pág.82), e a opção por uma forma verbal é determinada pelo objetivo a ser priorizado, da veracidade pretendida. O discurso referido produz um sentido que faz circular e aceitável uma idéia.

Bakhtin (pág.132) permite compreender que o discurso envolve uma estreita e completa interação entre discurso citante e discurso citado, numa complexa e sintética estruturante, integralizando-o no diálogo, e permitindo que o receptor do discurso produza uma leitura específica, envolvendo uma subjetividade.

O indivíduo utiliza-se do discurso direto, em que o conteúdo semântico referencial do discurso e do modo de dizer produzem diferentes efeitos de sentido; a enunciação permite a escolha da ênfase desejada e a legitimidade pretendida sobre a enunciação realizada(Rangel, 1993)¹⁷.

O discurso indireto, segundo Bakhtin, pode ser uma forma de discurso livre, e é a voz ou discurso citante que comanda ou induz o processo enunciativo. Neste caso, os discursos indiretos incidem sobre os anúncios, interpretando-os, analisando-os e submetendo-os aos seus objetivos. O discurso é um processo de fabricação e viabilização de sentido a ser compartilhado, reorganizando e veiculando uma produção

¹⁶Paulillo, R., Procedimentos de Análise do Discurso Referido, in Análise do Discurso Político: Abordagens, São Paulo: Educ, 1993

interpretativa das relações e interesses conjunturais, auto-regulador das relações sociais. O discurso é o texto-vivo, reelaborado conjunturalmente, embora secretamente empenhado em produzir uma hegemonia social

DISCURSO E MEMÓRIA

Nesta perspectiva, o discurso é construído por alguém que fala, por um enunciado que se pretende legítimo, abafando outras vozes; alguém ou algo fala, relata uma situação e propõe uma solução. Esta enunciação que se faz como independente do objeto e de suas condições de existência, manifesta a exterioridade ou relato do objeto, segundo um modelo discursivo marcado pela seleção, inclusão ou exclusão de fatos conforme um modelo discursivo. As narrativas ou discursos produzidos coletivamente constituem possibilidades de diferentes tipologias discursivas.

Como a memória se faz texto e discurso, ou textos e discursos em confrontos, o discurso admite um mundo plural e de enfrentamentos¹⁸. A memória exerce um papel estratégico na constituição de uma hegemonia social, produzindo e repercutindo sobre ações, políticas, e discursos(Wehling e Wehling, 1997)¹⁹. E discursos, ações e políticas produzem lutas de poder, inclusive poder simbólico. No sentido emprestado por Passetti: "multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização"²⁰.

¹⁷Rangel, E.O., "A Análise de Discurso: Entre as Condições de Produção e a Superfície Discursiva", in *Análise do Discurso Político: Abordagens*, São Paulo: Educ, 1993

¹⁸Neste momento, texto pode ser narrativa e, também, um discurso escrito.

¹⁹ Os autores demonstram que "enquanto a questão da memória faz parte da própria historicidade das culturas, a questão da história, ou seja, do conhecimento histórico intelectualmente estruturado, é fruto maduro de um processo civilizacional" (p/ag. 26)

²⁰ Diz Passetti: "são estratégias cujo esboço geral ou cristalização institucional se encontram no aparelho de Estado, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. Portanto, não há um lugar do poder, porque poder é uma situação estratégica"

A memória é um conteúdo, estratégia ou discurso instituído e instituinte da realidade e dos sentidos que se pretende atribuir a uma realidade ou às relações societárias. O portador da memória influencia saberes e domínios de técnicas capazes de produzir uma verdade ou revelação, concentra em sua pessoa e saber diferentes poderes, influencia na imposição de normas, reconhece desejos e subjetividades, etc., tudo numa única pessoa, que, por vezes, confunde-se com o portador de verdades inquestionáveis e acumuladas — como forma de sabedoria — ao longo dos tempos. Não se trata apenas de verdades reveladas, mas construções. Não se trata também do mundo das opiniões que produzem ou aumentam tensões. Mas de um saber capaz de se acreditar capaz de superar contradições e suavizar as opiniões graças ao conhecimento capaz de dar conta das infâmias que acomete e ameaça as coisas do mundo. Um saber, um poder, uma verdade que não é pessoal, mas uma construção.

O homem convive, administra e produz sentidos e relações crescentemente submetido a incontável, nervosa e volumosa presença de imagens, discursos e representações simbólicas múltiplas que interferem em sua capacidade de percepções, de dominar e conviver com a realidade, que se multiplica.

A racionalidade do pensamento social e científico ocidental e moderno desconsiderou a memória pois ela retira e refaz o indivíduo do presente e o inscreve em outros tempos, espaços e narrativas segundo uma lógica estética e heróica. A memória reescreve e produz discursos sobre o espaço e o tempo a partir de motivações que não são compromissados com o mundo real ou da História, embora esteja neles contextualizados ou referidos. A memória transformada em cenário individual ou coletivo, remete a marcos e situações privilegiadas que se recusam a morrer ou a ser esquecidas, que insistem em produzir e atribuir sentidos e espetacularizam tempos, espaços e relações seletivamente. A memória e seu registro discursivo permitem a compreensão do encontro e do arranjo de múltiplas formas de sociabilidade e de produção de sentidos.

A memória ao viabilizar o registro de diferentes itinerários e arranjos relacionais mapeiam simbolicamente e discursivamente a complexidade e as tensões presentes na experiência humana e social.

O regime de enunciados, retomando o pensamento foucaultiano, —reino de palavras eficazes, constituidoras de relações e tempos oportunos—, encontra o seu limite no regime de produção de verdades.

Os discursos em luta não deixam margem a dúvidas ou alternativas. Eles indicam o caminho da adesão, pura e simples, como a única possibilidade de compreensão e de transformação no real. Os discursos produzem projetos que se pretendem capazes de reverter situações, pois se apresentavam como soluções experimentadas, vivenciadas e de recuperação de verdades reconhecidas pela memória coletiva. Tais discursos traxem e traduzem, em si, uma síntese, uma vivência e uma experiência fragmentada e concisa, que pretendem recuperar ou apresentar como “unidade” e “consenso”, os discursos apresentam-se como integradores de outros discursos e capazes de dialogar com estes outros discursos.

Os discursos apresentam enunciados articulados em categorias projetadas sobre conteúdos, realidade ou conjuntura que eles pretendiam como dado comum a todos e, supostamente, constituiriam uma totalidade organizada, singular e capaz de desconsiderar ou reinterpretar todos os indícios e indicadores, submetidos a seus critérios.

É possível afirmar que os discursos pretendem constituir-se como reveladores de uma verdade e expressam um desejo coletivo. Estes discursos só se realizam na medida em que um emissor supõe que um outro -o receptor- realiza operações semânticas e cognitivas semelhantes, permitindo a construção da relação que o movimento do tempo faz instaurar ou atribuir um sentido, que não se faz constante ou permanente. A cada repetição de um argumento, a conjuntura permite revê-lo ou revigorar a argumentação e a retórica utilizada.

Os discursos são expressos como legítimos e únicos a compreender e representar algo ou alguém. Reafirmam a independência e a inexistência de interesses em cada projeto, se propondo a falar por todos, como representante de todos ou como únicas possibilidades de legitimidade e reconhecimento social. Portanto, estes discursos, ao mesmo tempo em que buscam construir um real, empenham-se em reclamar ou afirmar sua legitimidade social retratam uma realidade ou procuram agendar e disciplinar o cotidiano da sociedade e dos indivíduos, contribuem para o reordenamento e reesquadrinhamento dos indivíduos e da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BOUDRILLARD, Jean., “Simulacres et Simulation”, Paris, Galilée, 1981.

BOURDIEU, Pierre., “O poder simbólico”, Lisboa, Difel, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius., “L’institution imaginaire de la société”, Paris, Seuil, 1975.

FOUCAULT, Michel, “Microfísicas do Poder”, Petrópolis, Vozes, 1979.

LANDOWSKY, Eric., “A sociedade Refletida”, São Paulo, EDUC/Pontes, 1992.

MORAES, Nilson A. “Saúde e Imprensa no Brasil: os anos 80”, Curitiba, ABRASCO, I Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Saúde”, 1995

ORLANDI, Eni, “A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso”, Campinas, UNICAMP/Pontes, 1987.

ORTIZ, Renato., “Mundialização e cultura”, São Paulo, Brasiliense, 1994.

PASSETTI, Edson., “Foucault Libertário”, in Margem, N.05, São Paulo, EDUC, 1996

PINTO, Milton J e **Fausto Netto**(org), “O Indivíduo e as mídias”, Rio de Janeiro, COMPÓS-DIADORIM, 1996.

VIRILIO, Paul., “A máquina da visão”, Rio de Janeiro, José Olympio, 1994.

WEHLING, A. e WEHLING. M. J., "Memória e História. Fundamentos, convergências, conflitos", Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Mestrado em Memória Social e Documento, 1997.